

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

a) Caracterização da Entidade

Por força da Lei n.º 6.333 de 02 de janeiro de 2008, extinguindo o Departamento Estadual de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – DEAGRO/SE revogando a Lei n.º 5416/2004, retornando a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGR assumindo todos os bens, direitos e obrigações do DEAGRO.

b) Finalidade

A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe tem por objetivo executar o desenvolvimento agropecuário do Estado, compreendendo as atividades inerentes à assistência técnica, à pesquisa agropecuária, ao fomento, à sanidade vegetal e animal, serviços de apoio à produção, ações fundiárias, contribuir para o desenvolvimento rural e melhoria da qualidade de vida da família rural, através de ações voltadas para utilização, conservação e aproveitamento de produtos agrícolas, educação, conservação ambiental e apoio no artesanato rural.

c) Legislação Aplicável

As atividades da empresa estão disciplinadas pela Lei n.º 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas e alterações posteriores), pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943 Consolidação das Leis do Trabalho, pela Lei das Licitações e Contratos Administrativos Lei n.º 13.303/2016, além de seu Estatuto Social, Regimento Interno e as demais normas de Direito Público e Privado.

Aplicam-se também, a partir de 04/05/2000, os dispositivos constantes da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), haja vista a EMDAGR preencher os requisitos descritos no art. 2º, inciso III daquela lei referente à sua caracterização como empresa pública dependente.

d) Repasso de Recursos

Em função do seu objeto social, a EMDAGR recebeu através da rubrica "Receitas de Transferências Intragovernamentais", recursos repassados pelo Governo, vinculados a despesas criadas para promover o desenvolvimento agropecuário no Estado de Sergipe.

e) Situação Patrimonial

A administração da empresa, ciente da situação patrimonial e financeira refletida nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020, entende assegurada a continuidade de suas operações pelo fato do controle da Empresa pertencer ao Governo do Estado de Sergipe.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2020 estão sendo apresentadas pelo Sistema i-Gesp – Gestão Pública Integrada da SEFAZ/SE, implantado pelo Decreto n.º 28.830/2012, e estão apresentadas em conformidade com as disposições contidas na Lei n.º 6.404/76 e suas alterações, sem prejuízo da Lei n.º 4.320/64. A partir de 1º de janeiro de 2011, os registros contábeis passaram a contemplar os procedimentos da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, a qual institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

3. Principais Práticas Contábeis

Na observância do regime de competência, a Empresa adota as seguintes principais práticas contábeis:

a) Disponibilidades

São demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

b) Clientes

Representam os valores faturados, relativos às receitas próprias com serviços agropecuários. A empresa não efetuou em 2020 a provisão para perdas.

c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

d) Imobilizado

Está avaliado pelo custo de aquisição ou construção, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil do bem. Não foi realizado neste exercício teste de *impairment* e reavaliação dos bens móveis e imóveis.

e) Intangível

Está demonstrado pelos gastos incorridos, deduzido da amortização acumulada. Não foi realizado neste exercício teste de recuperabilidade do Ativo Intangível.

f) Valores de Realização e Exigibilidade

Os ativos e passivos são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço.

g) Apuração do Resultado

No decorrer do exercício de 2020, as receitas e despesas estão registradas de forma a atender a Lei Federal n.º 4.320 de 17/03/1964. Ao final do exercício, as despesas e receitas são registradas com base em critérios estabelecidos na legislação societária (Lei 6.404/76) e dispositivos complementares, em atendimento ao regime de competência.

A EMDAGR apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, um superávit de R\$ 7.566.687,52 (sete milhões quinhentos e sessenta e seis mil seiscientos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), conforme apropriação das receitas e despesas constantes no Sistema i-Gesp Gestão Pública Integrada da SEFAZ/SE. No encerramento do resultado do exercício de 2020 houve uma adequação ao " IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP " onde é orientado que " todas as contas escrituráveis das classes de VPA e VPD que possuem saldo serão encerradas em contrapartida à conta do Patrimônio Líquido, obedecendo a classificação em 5º nível (subtítulo da conta contábil)" e assim o fizemos.

Para determinar o resultado das variações do patrimônio ao final de um exercício financeiro é necessário aplicar os procedimentos contábeis de encerramento do exercício. Esse procedimento consiste em realizar ajuste e encerramento de contas contábeis com a finalidade principal de apurar o resultado do exercício e propiciar a elaboração dos demonstrativos contábeis, bem como preparar as informações para abertura do exercício seguinte.

4. Disponibilidades

	2020	2019
Outras contas bancárias	9.060.160,92	508.688,47
Aplicações Financeiras	<u>1.412.173,22</u>	<u>426.885,56</u>
TOTAL	10.472.334,14	935.574,03

As contas bancárias foram conciliadas com exceção da conta única em virtude de não ser disponibilizado o extrato bancário.

5. Despesas Antecipadas

	2020	2019
Prêmios de Seguros a Apropria	13.268,20	84.322,93

São representados pelas despesas com Prêmios de Seguros e Assinaturas e Anuidades a Apropriar por regime de competência.

6. Outros Créditos

	2020	2019
(F) Tributos a Recuperar	481.492,88	481.492,88
(F) Recursos de Convênio em Trânsito	4.620.618,36	5.573.793,21
(F) Outros Valores em Trânsito Pendente	-	<u>300.000,00</u>
TOTAL	5.102.111,24	6.355.286,09

7. Depósitos Judiciais e Outros

	2020	2019
Créditos a Receber de Entidades Federais	1.478.860,99	1.392.947,07
Outros Créditos a Receber Valores a Longo Prazo	<u>1.939.919,92</u>	<u>1.939.919,92</u>
TOTAL	3.418.780,91	3.332.866,99

8. Imobilizado

A empresa vem desenvolvendo esforços no sentido de aprimorar seu controle patrimonial, porém não foi realizado neste exercício teste de *impairment* e reavaliação dos bens móveis e imóveis.

	2020	2019
Bens Móveis	18.235.926,61	17.366.767,48
Bens Imóveis	6.001.285,93	6.001.285,93
Depreciação Acumulada	<u>(20.390.744,44)</u>	<u>(19.839.070,73)</u>
TOTAL	3.846.468,10	3.528.982,68

9. Intangível

	2020	2019
Bens Intangíveis	325.835,40	325.835,40
Amortização	<u>(225.768,07)</u>	<u>(225.768,07)</u>
TOTAL	100.067,33	100.067,33

10. Salários e Encargos Sociais

	2020	2019
Pessoal a Pagar	1.420.377,39	3.177.208,15
Encargos Sociais a Pagar	<u>6.729.766,67</u>	<u>7.429.581,56</u>
TOTAL	8.150.144,06	10.606.789,71

11. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores	1.329.229,35	1.710.444,31

Referem-se às obrigações assumidas com fornecedores de materiais, prestadores de serviços, que tiveram origem no próprio exercício.

12. Impostos e Contribuições a Recolher

	2020	2019
Valores Restituíveis	<u>2.930.259,89</u>	<u>3.065.133,95</u>
TOTAL	2.930.259,89	3.065.133,95

13. Outras Obrigações

	2020	2019
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	<u>17.098,18</u>	<u>21.647,63</u>
TOTAL	17.098,18	21.647,63

Na data das demonstrações contábeis existiam várias ações cíveis e trabalhistas impetradas contra a empresa. O processo de acompanhamento e defesa das ações vem sendo realizado pela Assessoria Jurídica da EMDAGRO. Sendo o montante de R\$ 3.123.774,46 (Três milhões cento e vinte e três mil setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), classificado como perdas possíveis.

14. Capital Social

O Capital Social da Empresa, no montante de R\$ 37.572.872,11 (trinta e sete milhões, quinhentos e setenta e dois mil oitocentos e setenta e dois reais e onze centavos), está totalmente integralizado, pertencendo ao Governo do Estado de Sergipe.

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Obs.: Valores extraídos do Sistema I-Gesp – Gestão Pública Integrada da SEFAZ-SE.

Aracaju, 31 de Dezembro de 2020.

Jefferson Feitoza de Carvalho
Diretor Presidente

Antônio Roberto Rocha Messias
Diretor Adm. E Financeiro

Carmen Maria Azevedo Santos
Contadora – CRC-SE 002779/0-4
Matrícula 0654-8 – EMDAGRO

Aidê Rosa de Lima
Téc. em Contabilidade
CRC-SE – 2695/- 2